

SUMÁRIO

Apresentação, 11

Prefácio, 13



1. Escorço histórico da legislação tributária brasileira a respeito da incidência de tributos sobre a prestação de serviços de transporte	17
1.1. A incidência de tributos sobre a prestação de serviços de transportes no sistema constitucional de 1824	17
1.2. A incidência de tributos sobre a prestação de serviços de transporte no sistema constitucional republicano de 1891	27
1.3. A incidência de tributos sobre a prestação de serviços de transporte no sistema constitucional, compreendido entre a Constituição de 1934 e a Constituição de 1946	33
1.4. A Reforma Constitucional Tributária consignada na Emenda Constitucional nº 18 de 1965, bem como a implementação da Carta Magna de 1967 na conformidade da Emenda Constitucional nº 1/69, e o regime jurídico do imposto sobre serviços de transporte vigente no período anterior ao advento da Constituição de 1988	35

Capítulo 2

2. A competência constitucional tributária para a instituição do imposto sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal na Constituição Federal Brasileira de 1988: artigo 155, inciso II	55
---	----



2.1. Premissas de interpretação jurídica a respeito do sistema constitucional brasileiro	55
2.2. A delimitação da competência para a instituição do imposto sobre transportes interestadual e intermunicipal previsto no artigo 155, II, da Carta Magna	62
2.3. A competência municipal e a competência estadual e distrital no caso de prestação de serviços com fornecimento de mercadorias	69
2.4. A relevância da competência estadual e distrital no caso de prestação de serviços com fornecimento de outros serviços	77

Capítulo 3

3. Os elementos da regra-matriz de incidência do ICMS em razão da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de pessoas e bens na Constituição Federal de 1988	97
3.1. A delimitação do critério material do antecedente da hipótese de incidência constitucional do imposto em razão da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de pessoas ou bens na CF de 1988	97
3.1.1. A prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal em caráter subcontratado e em caráter de redespacho	107
3.1.2. Os tipos de transporte na prestação de serviços interestadual e intermunicipal de pessoas ou bens	122
3.1.2.1. O transporte multimodal de cargas	124
3.1.2.2. O transporte aéreo	125
3.1.2.3 A prestação de serviços de transporte internacional	140

3.1.2.4. A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.669 proposta perante o Supremo Tribunal Federal por meio da Confederação Nacional do Transporte	169
3.1.2.5. O transporte de energia elétrica	177
3.1.2.6. O autotransporte	182
3.1.2.7. A prestação de serviços de transporte de caráter interestadual e intermunicipal realizados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	185
3.1.2.8. A prestação de serviços de transporte dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado à sua impressão	188
3.2. O aspecto espacial da prestação de serviços de transporte previsto no inciso II, do artigo 155, da Carta Magna	190
3.3. O aspecto temporal da regra-matriz de incidência da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, de competência do Estado-membro e Distrito Federal	196
3.4. Os elementos da regra-matriz de incidência do consequente da norma constitucional relativa ao ICMS sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal	201
3.4.1. O sujeito ativo titular da competência tributária para instituir o ICMS incidente sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal	201
3.4.2. O sujeito passivo	201
3.4.3. A base de cálculo com o aspecto quantitativo do consequente da norma tributária do ICMS, incidente sobre a operação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal	205



3.4.4. As alíquotas aplicáveis à prestação dos serviços de transporte interestadual e intermunicipal na legislação do Estado de São Paulo	213
---	-----

Conclusão, 217

Bibliografia, 249